

PRÉ CONFERÊNCIA POPULAR DAS CIDADES

Orientações gerais para participação nas Conferências

RELATÓRIO DA REUNIÃO

Primeira atividade - (modo virtual), 03 de abril 2025 (início, 19:10, 49 participantes, término 21:53, 39 participantes)

19h:11 Abertura – Jéssica Wludarski (Núcleo Curitiba do Observatório das Metrôpoles) Agradece à presença e passa os trabalhos à mediadora, Ana Clara Nunes

19h:12 Ana Clara Nunes (integrante do Conselho Nacional das Cidades pelo Movimento de Trabalhadores(as) por Direitos -MTD) - Mediação dos trabalhos Saúda, agradece e informa que esta será uma reunião inicial, para estimular e orientar a participação nas Conferências das Cidades, municipais e estadual. Adianta que os conteúdos dos temas indicados para serem debatidos nas conferências serão aprofundados em uma “oficina de trabalho”, presencial, também organizada pelo Núcleo Curitiba Observatório das Metrôpoles, a acontecer na semana seguinte a este. Passa a palavra às três companheiras e ao companheiro que farão as falas deste encontro.

19h:13 Andrea Luiza Braga (Professora da PUC|PR, integrante do Grupo de Pesquisa Direito à Cidade e Gestão Democrática PUC|PR) Ressalta a importância de se ter propiciado este momento de interlocução e debates, para uma construção coletiva, como espaço de aprofundamento democrático, para fortalecer a possibilidade de voz, para discutir nossas prioridades, nossos direitos. Espaços raros que precisam ser aproveitados como momentos de reflexão para efetiva participação. Valendo-se de uma imagem da Sancofa (ideograma africano de uma ave, que tem como significado "voltar ao passado para aprender e construir o futuro"), salienta a importância de aprender com o passado, entender o presente e propor o futuro, para a participação que defendemos. Sugere que devemos refletir sobre duas questões: qual participação temos para a cidade que queremos? E qual participação queremos para construir nossas cidades?

Rememora a trajetória de conquista do direito à participação popular, desde uma luta anterior à Constituição federal de 1988, apoiada por entidades da sociedade, como o Fórum Nacional da Reforma Urbana, sempre na busca de uma participação que venha a incidir nos processos decisórios, na partilha de poder e nas relações entre poder público e sociedade civil. Destaca as disposições sobre a gestão democrática das cidades (Estatuto das Cidades – 2001), a criação do Ministério das Cidades (2003), lembrando a proliferação de “conselhos”, e a Carta Mundial de Direito à Cidade (Fórum Social Mundial, 2006). Nesse âmbito, o processo das conferências das cidades prevê: deliberações em conferências sobre diretrizes e avaliação da política urbana; eleição de conselhos das cidades, com participação direta ou de delegados; e frequência de cada 3 anos.

Compõe uma linha do tempo das Conferências da Cidade, de suas principais deliberações e da articulação de suas temáticas: “Construindo uma política democrática e integrada para as cidades” (2003), “Participação e controle social”

(2005), “Desenvolvimento urbano com participação popular e justiça social” (2007), “Cidade para todos e todas, com gestão democrática, participativa e controle social” (2010), “Quem muda a cidade somos nós. Reforma urbana já!” (2013), e a proposta para 2016 “Função social da propriedade e da cidade”. Essa previa uma reflexão sobre o porquê de não se efetivarem algumas deliberações, mas sucumbiu ao golpe e não foi retomada no governo sucessor (Temer), tampouco no governo seguinte, que revogou todas as instituições e possibilidades de participação e gestão democrática. Nesse ínterim, em 2022 aconteceu a Conferência Popular das Cidades, convocada e organizada pela sociedade civil, movimentos populares e coletivos, que em 16 itens construiu a “Plataforma de lutas pelo direito à cidade”. Agora, em 2025, estamos nos preparando para a retomada do processo, com a 6ª Conferência, que tem como tema “Construindo a Política Nacional de Desenvolvimento Urbano – caminhos para cidades inclusivas, democráticas, sustentáveis e com justiça social”.

Observa que a participação não vem se dando como esperado, pois sofre com as correlações de forças nas quais predominam disputas de projetos políticos, interesses de grupos. Aí reside a importância do atual ciclo ser retomado como um processo de rearticulação, para redefinir estratégias e propostas, cuidando para descartar contra propostas que já vêm prontas, e em direção contrária às demandas populares. Portanto é necessário otimizar esses espaços abertos em conferências, conselhos, pois são espaços a serem ocupados pelos movimentos para enfrentar essas disputas. E também valorizar e intensificar os trabalhos dos territórios, das comunidades, para contemplar as reivindicações mais amplas, dos segmentos mais diversos.

Como desafios elenca:

- Superar o desânimo, a desmotivação destes 10 anos sem conferências, construindo uma nova agenda urbana, com ampliação das pautas identitárias, os efeitos das mudanças climáticas, as tecnologias da informação;
- Não permitir que os espaços de participação se tornem pseudoparticipativos ou proforma;
- Nas conferências, ter ciência da correlação de forças e das disputas de concepções, e defender as pautas coletivas contra os interesses específicos e restritivos de alguns segmentos;
- Buscar a integração da política urbana com relação às pautas prioritárias das conferências, vinculadas à revisão do plano diretor, e evitar a fragmentação de conselhos correlatos à política urbana no município;
- Avaliar os limites dos espaços das conferências e conselhos, mas admitir que são espaços disponíveis;
- Salientar a importância do trabalho nos territórios e aglutinar as pautas centrais de necessidades coletivas.

E faz algumas provocações para o debate:

- Quais as pautas populares prioritárias para garantirmos como deliberação na Conferência?
- Como organizar a composição de forças populares nos diversos segmentos da Conferência, para garantir representação de delegadas/os (estadual e nacional) e conselheiras/os que defendem as demandas que atendam a necessidades coletivas da população?

19h:37 Daisy Ribeiro – (Advogada pela Terra de Direitos, Conselheira do Concitiba e integrante do NC-OM)

Resgata experiências e espaços coletivos antigos e recentes, como as incidências que fizemos pelo FNRU (Fórum Nacional de Reforma Urbana) junto ao Governo Federal em 2022, logo após a posse, para que houvesse a reinstalação do ConCidades, e também a realização da Conferência Nacional da Cidade. Foi difícil, tivemos inclusive reunião do FNRU com o Ministro das Cidades para ressaltar a importância. Então, a retomada das conferências, ter outra vez esses espaços, é uma conquista da sociedade civil. Mostrou o quanto esses espaços são fundamentais pelas suas pluralidades, para evidenciar as contradições sociais e como possibilidade de avaliação conjunta. São espaços de denúncias e proposições, que permitem o diálogo e a construção com as comunidades, que compreendem os problemas comuns relacionados a cada localidade. Portanto, resgatar as experiências de luta e resistência é perpassar questões que auxiliam a compreender a conjuntura e avançar na luta pelo direito à cidade.

Por outro lado, a participação real e efetiva ainda é um desafio e precisamos ter um olhar crítico sobre esses espaços. Há muita burocracia, barreiras de acesso e muitas vezes os resultados aprovados dos planos não influenciam concretamente as políticas públicas. Observa que vivemos um paradoxo, expresso nos limites desses espaços, que são muitos: a vida real dos conselhos, as propostas que na prática não se efetivam, ao mesmo tempo, a evidência que, nos últimos anos, foram negadas a participação e as próprias políticas públicas.

Esta retomada do Conselho Nacional e das Conferências da Cidade foi, portanto, uma reivindicação dos anos 2022, pelos movimentos sociais. Esse histórico é muito importante. A pauta do debate nesses espaços deve ter relação com os problemas cotidianos das cidades, daí a importância das conferências locais, das mobilizações locais, para levantar as novas demandas para a agenda pelo direito à cidade. É necessário atualizar essa agenda, como também as alianças em seu favor. Destaca a importância da Conferência Popular da Cidade, nacional, que aconteceu em São Paulo em 2022, e da Conferência Popular por Habitação da Região Metropolitana de Curitiba, em 2021. Espaços como esses nos qualificaram muito para o processo das Conferências da Cidade. Algumas realidades vêm se impondo aqui também, como as mudanças climáticas, e esses temas foram inseridos como transversais na próxima Conferência.

Como desafios, cita reflexão de Raquel Rolnik, que conclui que nunca fomos tão participativos, mas ainda assim, não conquistamos efetividade. É necessário ir para os espaços, sabendo como funcionam na prática, para calibrar nossas expectativas e redefinir nossas estratégias. Vive-se um momento que abre muitas oportunidades, como a renovação do Concitiba. “Temos que ter maior participação, exigir que a eleição para seus conselheiros seja aberta, efetivamente participativa. Temos que afinar os diálogos nesses encontros, preencher algumas cadeiras e se valer das informações sobre políticas públicas que circulam nesses espaços.”

19h:47 Hilma de Lourdes Santos (Movimento Nacional de Luta pela Moradia)
A fala privilegiou a importância de espaços como este, seguindo a mesma posição das abordagens anteriores, salientando “o quanto é bom estar de novo falando de conferências, mesmo num momento que estamos meio apagados, mas que renovamos nossas lutas históricas”. Faz um raciocínio bem particular: “conferência é

conferir, todas as conferências são importantes, e em se tratando de cidades, só faz sentido com participação do povo popular, que vai para a rua, enfrenta...” Alerta quanto a que temos que ter uma preocupação sobre os delegados: eles representam entidades, associações. Portanto, na conferência das Cidades, eles devem estar envolvidos em entidades, movimentos, coletivos que se voltem à cidade, ao desenvolvimento urbano, pois a composição de forças é muito grande. Parabeniza esta Conferência Popular como momento de debate preparatório às conferências municipais. “Preparar para fazer valer nossas propostas nas demais conferências”.

Em relação à Conferência Estadual, chama a atenção de que ir a Foz do Iguaçu não é para fazer turismo é para debater na Conferência das Cidades. O movimento popular tem que se organizar para garantir que nossas propostas passem, sejam aprovadas. “Estamos na luta há muitos anos, mas nos deparamos com parlamentares que criminalizam a luta pelo direito à terra. Nossa moradia, cada vez mais está em jogo, empresas dando golpe, não atendendo ao nosso povo faixa 1, que precisam de regularização fundiária para permanecer no lugar onde vivem.” Faz uma crítica à dinâmica excludente de participação sobre as propostas de intervenção no centro de Curitiba: “queremos discutir o centro pois temos o direito de viver no centro, mas também na terra em que vivemos, e lá, quando levamos a infraestrutura, quando melhoramos as condições do lugar, oportunistas aparecem como proprietários, com documentos assinados, sabe-se lá como”. Questiona “qual o nosso direito dentro do direito de estar na cidade, onde ele é ou não respeitado. Temos que estar muito bem preparados para enfrentar o que vem por aí. Cada vez defendem menos as lutas do povo (no parlamento, nas empresas, nos governos, nas conferências). Fazem uma política excludente.” Recomenda que se inscrevam e se preparem para a municipal, para a estadual e a nacional. Que não seja permitida a inscrição de associações criadas “não se sabe de onde, com delegados que vêm para nos enxotar nas reuniões e conferências, limitando nossa presença, nossa participação.”

Parabeniza a coragem e ousadia desta Conferência Popular e exalta a importância da presença de novas gerações. “Nós estamos aqui e vamos fazer valer os nossos direitos. Conferência é lugar de fala. A semente que plantamos está dando frutos com esta nova geração que está aqui. Vamos fazer entrar novas entidades e bem escolhidas. Sabemos que não é fácil, mas vamos continuar preparando novas gerações. A luta às vezes cansa, mas dá muitos frutos que não percebemos. Vamos fazer bem feito o que nos cabe, mas nem sempre é bom abraçar tudo, pois esse não é um abraço apertado! Nós estamos aqui e vamos continuar!”

20h:04 João Renato Durães (Grupo de Pesquisa Habitação e Moradia (UFPR), integrante do Observatório das Metrôpoles)

Nesta fala foram divulgadas informações relativas ao credenciamento para participação na Conferência da Cidade de Curitiba, com a lembrança de que, embora sejam questões mais práticas, são necessárias para que se possa ocupar formalmente esses espaços, ressaltando a importância da participação por entidade. Alerta-se que ainda não abriram as inscrições, e que essas serão por ordem de chegada. Na plataforma Redus (Rede para o Desenvolvimento Urbano Sustentável), a Conferência de Curitiba já tem a página, o *link*, mas ainda fechados. O *link* do Núcleo Curitiba do Observatório das Metrôpoles já está funcionando e disponibilizará todas as informações necessárias para dúvidas.

Algumas informações prévias, sujeitas a alterações:

- Data prevista para Curitiba: 24 a 26 de abril de 2025, Salão de Atos do Parque Barigui;
- Vagas: 330 (89 para gestores públicos executivos e legislativos; 66 para movimentos populares, 31 para entidades sindicais, 31 para empresários, 24 para entidades profissionais, acadêmicas e de pesquisa, 19 para organizações não governamentais e 60 para observadores);
- Site: <https://concitiba.ippuc.org.br/>
- Modelo do formulário de inscrição: disponibilizado pela plataforma Redus, mas ainda não disponível para preenchimento, solicitando apenas o nome completo e a indicação do setor;
- Inscrições: pessoa física, entidades ou instituições; uma vaga por entidade, indicação de suplente;
- Documentação exigida: estatuto social ou regimento interno, ou ata de reunião com a temática de desenvolvimento urbano realizada nos últimos dois anos, ou relatório de atividades dos últimos dois anos;
- Movimentos sociais não formalizados são dispensados da documentação

Questões e debates

Maria das Graças (União Nacional por Moradia Popular - UNMP)

Afirma que as apresentações trouxeram lembranças, preocupações, principalmente quanto a enorme presença daqueles que não estão do nosso lado. Recomenda lembrar que tivemos uma Conferência invalidada em Curitiba (3ª Conferência Municipal das Cidades de Curitiba, invalidada pela Comissão Nacional de Recursos e Validação, que acatou as denúncias de irregularidades de representantes da sociedade civil: falta de divulgação e cumprimento dos períodos estabelecidos pelos regulamentos, impedimento da participação dos movimentos sociais e o não respeito ao regimento durante a Conferência). Também lembrar que, na última Conferência Estadual, foi acirrada a disputa desnecessária por vagas de representação do nosso lado, o que é incompreensível, pois todos pregam o direito à cidade. Devemos ficar muito atentos e cuidar de coisas que não estão no contexto, de grupos organizados para não aprovar propostas do nosso lado. “Já há indícios de um movimento se organizando para isso”. Devemos conferir bem o regimento interno, as validações etc. Pondera que os movimentos andam fragmentados, que precisamos ocupar o espaço e o poder de fala, tomar posições, sem perder a luta de classes. “Quanta coisa já aprovamos, quanta vetamos. Temos força, mas eles, os que estão contra nossos interesses, só levam vantagem pois os movimentos deixam acontecer. A politicagem não deixa baixar os déficits, há irregularidades dentro do Reurb etc. Temos que apresentar e fazer valer as nossas propostas, o que queremos, e convencer para que defendam nossas propostas. Estamos de olho.”

Ana Clara (MTD): concorda que é um processo difícil, a resistência é complicada, mas é necessária, devemos pensar com mais profundidade nossas pautas. “Nosso desafio é juntar gente para se espalhar, em comunhão de debates com outros pontos de vista, nos valeremos dos acúmulos de instituições acadêmicas, que nos qualificam, buscar energia no conjunto. Caminhar no sentido de lutas de classes, abrir possibilidades para que as pessoas se organizem. Cada conquista dá o gás para continuar na correria, para avançar na emancipação. Devemos instrumentalizar a institucionalidade e não sermos instrumentalizados por ela. Ocupar as cadeiras dos conselhos, quantas

possível, e tomar cuidado quanto ao discurso social da prefeitura alegando abertura para participação: então, por que diminuíram o número de vagas?”

Jéssica Wludarski (NC-OM) – assevera que “há um sentimento de conquista por ocupar os espaços, que, por outro lado foram abduzidos pela burocracia. Apenas criticar este fato é retirar o poder de participação efetiva. Temos que estar alinhados para participar na conferência. Os interesses da cidade estão alinhados, temos que alinhar os nossos também.” Apresenta *slide* com a relação de temas por eixos, conforme o texto base nacional, e informa que na Conferência serão esses os temas a serem debatidos. Nos termos da TED (convênio firmado entre o Ministério das Cidades e o Observatório das Metrôpoles), cabe ao Núcleo Curitiba do Observatório das Metrôpoles sistematizar as propostas dos municípios para a Conferência Estadual e para a Nacional, como também avaliar o ciclo. Mas que a opção do Núcleo e seus colaboradores foi por mobilizar os participantes comprometidos com propostas populares. Alerta que pode ocorrer que os temas fiquem setorializados, mas devemos tratar os conteúdos e orientar os debates para que fiquem articulados. Em continuidade às atividades desta noite, anuncia que teremos uma oficina presencial, que acontecerá no sábado dia 12 de abril. “A intenção é aprofundar conteúdos, elaborar proposições, e ter claro que as discussões sobre um tema ajudam na discussão de outros temas.”

Ana Celia Curuca (sociedade civil) – destaca como grande preocupação que a Conferência da Cidade de Curitiba não foi convocada até agora, o edital está atrasado, era para o dia 24, foi cobrado dia 25... Informa que a comissão organizadora está tentando fazer valer a convocação do edital do ano passado (2024), que o Ministério pediu para não ser usada pois estavam reorganizando o processo. “Em Curitiba, não abriram as inscrições, nada está organizado, o sindicato imprimiu o material para as mesas... Abrir as inscrições em cima da hora diminui a participação. O fato de não ter havido a convocação merece uma ação. E no estado das coisas, neste momento, mais do que como vamos atuar é necessário se preocupar se vai haver a Conferência.” Bom lembrar que a primeira Conferência da Cidade de Curitiba, por omissão do poder público, foi convocada por entidades da sociedade civil.

Coordenação Cicloiguaçu: o representante repete a preocupação anterior. “É importante se preparar para a participação, mas temos que estar atentos, pois eles dizem que houve participação quando não houve.” Ressalta que é importante esta reunião, pois ajuda a criar uma voz uníssona. Conta que houve uma audiência pública sobre ciclomobilidade na qual houve muitos problemas.

Ana Mirian Campos (assessora da vereadora Lais Leão) – sugere usar instrumentos legislativos, pedir solicitar informação ao Concitiba, juntar assinaturas de parlamentares, para tentar buscar transparência nesse processo. Recomenda buscar apoio das vereadoras Lais e Vanda, que certamente encaminharão um pedido desse teor.

Outros assessores dos vereadores que estavam presentes também se disponibilizam a assinar,

Maria das Graças (UNMP) – concorda que é válido pedir esclarecimentos, até porque houve alteração nos prazos da nacional. A situação de desinformação provoca muita insegurança nos interessados. “Fica parecido com o caso dsqueles municípios que fazem conferências só para cumprir tabela... A diminuição de vagas vai por aí... A organização nacional fica mudando datas, criando inseguranças. Uma Conferência das Cidades não pode ser de qualquer jeito”. Reitera que muitos municípios

credenciam movimentos cuja atuação não tem aderência ao tema. “Não podemos deixar que em Curitiba passem a perna na gente.”

Daisy Ribeiro (Terra de Direitos| OM-NC) – há importantes questões de fundo, mas há outras imediatas. Sugere solicitar informações também à presidente do IPPUC. A título de informação, faz lembrar que uma das reuniões do Concitiba, sobre a organização da Conferência, foi chamada com dois dias de antecedência. Diante da fixação do novo prazo, podem ter mudado as datas, por questões de logística, organização. “Então, conferir os prazos, certificar que não esteja havendo boicote de informações.” Aponta que há outros desafios concretos de participação no Concitiba, que, nos anos recentes tem mantido uma postura similar a da Prefeitura, muito refratária à sociedade civil. Mas que por lá devem passar pautas importantes esse ano: como a Revisão do Plano Diretor de Curitiba, os planos setoriais, a discussão do contrato do transporte público, e possivelmente votarem outros PLs, como do redesenvolvimento urbano e o plano municipal de saneamento. “São algumas das pautas que perpassam o Concitiba e que devem ficar no radar, e se aproximar para conter as dissidências.”

Foi acordado entre participantes e organizadores o seguinte encaminhamento: solicitar informações sobre a Conferência de Curitiba ao Concitiba e ao IPPUC.

20:53 Ana Clara, a mediadora, passa a palavra final aos palestrantes que agradecem, e posteriormente conclui a atividade.